



AEPET defende Petrobrás e Monopólio

Os 37 anos da Petrobrás foram comemorados em almoço muito concorrido realizado no Clube de Engenharia. Na ocasião foram homenageados o presidente da ABI, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, o ex-deputado Euzébio Rocha e o ex-presidente da Petrobrás, Luís Octávio Motta Veiga. A AEPET através do seu presidente, Diomedes Cesário da Silva, e do diretor de comunicações, Ricardo Maranhão, mostrou-se, mais uma vez, defensora do monopólio de petróleo e pronunciou-se, também, em relação ao caso Vasp, estranhando o desfecho do mesmo. Em todos os discursos o destaque foi para o apoio ao monopólio, como disse o ex-ministro Aureliano Chaves: "Se a Petrobrás fracassar também fracassa o Brasil". Muitos políticos compareceram ao almoço (Págs. 2 e 3)



AEPET compra ações da Petrobrás e da Petroquímica

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) comprou 1000 ações ordinárias da estatal (ON) pagando Cr\$ 72 mil e 30 mil ações da Petroquímica, preferenciais ao portador, pagando Cr\$ 61,5 mil, com o intuito de defender a companhia e suas subsidiárias das perdas impostas pelo governo e da privatização que poderá trazer prejuízos ainda maiores. Somente para citar um exemplo, no caso das ações da Copene, em poder da Petroquímica, avaliadas em US\$ 770 milhões (preços de junho de 1990), a perda será de US\$ 170 a US\$ 340 milhões.

Nos últimos dias, a AEPET foi procurada por associados que formaram um clube

de investimentos, "Ouro Negro", com o intuito de comprar exclusivamente, ações ordinárias da Petrobrás (ou preferenciais, eventualmente). A idéia era a de convidar outros colegas a participarem, destinando parte de sua PL para a compra dessas ações. Na ocasião, seria passada uma procuração para a AEPET, se houver interesse do cotista, para que a Associação o represente na assembléia dos acionistas. Está sendo verificada a possibilidade de descontar em folha, caso haja opção por esta forma de pagamento.

— Os interessados em maiores informações poderão procurar pelo Clube de Investimentos "Ouro Negro", no Cenpes,

falando com Alexandre (598-6657), Hélio (598-6538) ou Mário (598-6713). Os colegas informaram que na Vale do Rio Doce a idéia já é realidade, há mais de seis meses, havendo aproximadamente 1000 cotistas.

— Fomos procurados, também, após a compra de ações pela AEPET — notícia publicada nos principais jornais — por aposentados da Petrobrás, militares da Associação Democrática Nacionalista dos Militares (ADNAM) e do Conselho Nacional de Defesa da Paz (Condepaz) interessados em dar procuração à AEPET para representar os acionistas minoritários da Petrobrás destas entidades, bem como subscrever outras ações da AEPET.

Associação com o Procurador-Geral

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) e mais 65 entidades da sociedade civil e 10 parlamentares encaminham uma representação ao Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, contra uma série de atos irregulares que vêm prejudicando a Petrobrás e desrespeitando as leis do País e a Constituição, levando a estatal a registrar grandes perdas. Logo que o Procurador-Geral da República nos dê uma resposta da representação a ele entregue pelo diretor de Comunicações, Ricardo Maranhão, publicaremos em nosso boletim.

Núcleos em defesa da Petrobrás

A AEPET está providenciando a cópia de dois filmes produzidos pelo Sercom, por ocasião dos 37 anos da Petrobrás, para serem emprestados a colegas que se interessem em passar em seus condomínios, escolas, igrejas, associações, etc.

PARTICIPE DO NÚCLEO EM DEFESA DA PETROBRÁS DO SEU ÓRGÃO DE TRABALHO
Núcleos já formados:

- Depex
- Depin
- Deper
- Seplan
- Cenpes
- Segen
- Setinf
- Depro

AEPET contra privatização

A AEPET está trabalhando numa ação popular contra a privatização das empresas da Petroquímica e Petrofertil. No momento, o advogado Paulo Sabóia prepara a ação baseando-se no artigo 5º inciso LXXI II da Constituição Federal, considerando a privatização lesiva à Petrobrás. Em breve, através de um boletim extra, a AEPET detalhará a questão da Petroquímica.

ATO EM DEFESA

O almoço em homenagem aos 37 anos da Petrobrás transformou-se num verdadeiro ato público em defesa do monopólio do petróleo. O Conselho Diretor do Clube de Engenharia aprovou por unanimidade a realização do almoço escolhendo como homenageado especial o ex-presidente da estatal, Luis Octavio da Motta Veiga. A AEPET foi convidada para o co-patrocinio e sugeriu homenagear-se, também, o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho e o ex-deputado, Euzébio Rocha. Os três homenageados destacaram a importância da empresa para o País. Também presente, o ex-ministro Aureliano Chaves, declarou "se a Petrobrás fracassar, também fracassa o Brasil". Estavam ainda no almoço, realizado no Clube de Engenharia, o presidente da entidade, Hildebrando Araújo Góes; o presidente da AEPET, Diomedes Cesário da Silva; o representante da presidência da estatal, chefe de gabinete, José Paulo Silveira; o prefeito em exercício, Roberto D'Ávila e parlamentares, como Mário Lima (PMDB-BA), Bocayuva Cunha (PDT-RJ), Luís Alfredo Salomão (PDT-RJ), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Edmilson Valentin (PCdoB-RJ), Haroldo Lima (PCdoB-Líder)

"Não cabe ao governo questionar o monopólio do petróleo. Os que tinham de questioná-lo já o fizeram durante a votação do texto na Constituinte". A afirmativa foi feita pelo ex-ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, durante seu discurso no almoço comemorativo dos 37 anos da Petrobrás. O presidente da AEPET, Diomedes Cesário da Silva, lembrou, na ocasião, que a Petrobrás é executora do monopólio, aprovado no Congresso por mais de 400 votos, inclusive do atual ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

Um dos homenageados, Barbosa Lima Sobrinho, prometeu, num curto discurso, dedicar os anos que ainda restam de sua vida "à luta em defesa dos interesses do Brasil". Outro homenageado, o ex-deputado, Euzébio Rocha, fez um histórico das campanhas em defesa do petróleo, sendo aplaudido ao afirmar que "aos trabalhadores da Petrobrás tudo se deve em relação à manutenção do monopólio e à defesa da estatal".

Para o ex-presidente Motta Veiga a Petrobrás deve funcionar como uma empresa de capital aberto, sem sofrer a interferência, que vem ocorrendo, do acionista majoritário — o próprio governo. Comparando a presidência da estatal com um motel, tal a sua rotatividade, Motta Veiga acrescentou: Não existe na história do mundo uma empresa do tamanho da Petrobrás, com um patrimônio que ela tem, mudando de presidente há cada dez meses".

LUTA ANTIGA

Num discurso em tom emocionado, Euzébio Rocha lembrou das velhas campanhas em defesa do monopólio de petróleo, tecendo um paralelo entre aquela época e a atual, considerando que o comportamento das multinacionais ainda é o mesmo. A seu ver, os inimigos da Petrobrás apenas "mudaram os nomes, mas os objetivos são os mesmos". Para o ex-deputado "há forças

"Posso garantir. Os anos que me restarem serão empregados

poderosas, mas não ocultas". Num histórico sobre o Petróleo no País, Euzébio Rocha falou da criação do Conselho Nacional de Petróleo e dos contratos de risco, declarando que as multinacionais não têm interesse em ampliar a descoberta de petróleo, procurando manter apenas seu mercado cativo.

"A Petrobrás é um patrimônio nacional que não entregaremos em hipótese alguma aos trustes econômicos internacionais", disse sob aplausos, Euzébio Rocha. Na sua opinião, as mesmas forças do passado irão se levantar, agora, em defesa do monopólio, somadas às forças que chegam para a nova campanha.

COMO EMPRESA

No início do seu pronunciamento, o ex-presidente Motta Veiga lembrou que em alguns momentos manteve "um diálogo duro" com a AEPET, "base de todo o relacionamento sólido", complementando: "Nós divergimos, discutimos, concordamos, algumas vezes, mas acho que a demonstração desse almoço reforça o caráter democrático em que estas discussões foram mantidas".

Divergindo um pouco do telex que a AEPET lhe enviou ao deixar a presidência da estatal, Motta Veiga disse que não mudou na Petrobrás, entrando e saindo com o mesmo objetivo: de que esta precisa funcionar como uma verdadeira empresa, tendo autonomia de gestão, podendo manter preços justos de combustíveis e derivados. Na sua opinião, "só assim a Petrobrás será grande, podendo investir e produzir mais". Acrescentou: "É preciso que a Pe-



Barbosa Lima Sobrinho

trobrás possa escolher seu próprio destino".

Afirmou Motta Veiga que essa é a sua lógica de hoje. É nesse sentido que defende a Petrobrás, até porque esta não pode continuar sendo "um motel de alta rotatividade". O problema, a seu ver, não está na capacidade humana de seus dirigentes, mas na ingerência acentuada do governo, principal acionista, na administração da estatal. Para Motta Veiga, a Petrobrás deve ser mantida como uma empresa de capital aberto, captando dinheiro no mercado e vendendo ações para acionistas minoritários. É urgente que a empresa "seja respeitada e levada a sério".

Segundo o ex-presidente quando o acionista majoritário age de uma forma que o objetivo da companhia não pode ser



Motta Veiga

O Estado de São Paulo

Motta Veiga rebate críticas do Planalto

Homenageado com um almoço, ex-presidente da Petrobrás defende maior autonomia para a empresa

RIO — O ex-presidente da

estatal, Luis Octavio da Motta Veiga, defendeu, num almoço em homenagem aos 37 anos da Petrobrás, maior autonomia para a empresa. Motta Veiga está convicto de que a estatal precisa ter autonomia administrativa para "escolher o seu destino e produzir mais petróleo".

Essa opinião é contrária

Motta Veiga se demitiu da presidência da estatal ao entrar em choque com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. A briga culminou com o demissionário a acusar a ministra de ingerência

Aureliano Chaves

Ex-ministro lembra que go

o ex-ministro da Minas Gerais, Aureliano Chaves, lembrou, durante o almoço comemorativo dos 37 anos da Petrobrás, que o monopólio do petróleo foi uma conquista do povo brasileiro e que o presidente Fernando Collor deve simplesmente manter o texto constitucional. Segundo o ex-ministro, a maioria dos brasileiros votou a favor do monopólio e que, "por isso, muitos ele e intoca

pensar a estrutura da bras, para adequar funções a nova reestruturação. A privatização da Eletrobrás é um ato de insensatez, que o ministro deve praticar. Quanto à privatização do setor siderúrgico, o ministro afirmou ser a melhor opção, já que o setor tem uma situação positiva de ter operado muito bem

Motta

Veiga se demitiu da presidência da estatal ao entrar em choque com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. A briga culminou com o demissionário a acusar a ministra de ingerência

Petróleo: o Monopólio do Brasil

O ideal dos que defenderam o monopólio estatal do petróleo, aprovando a lei 2004, deu certo. Deu certo para o Brasil.

Decorridos 37 anos desde a instituição do monopólio da União no setor petróleo e a criação da Petrobrás como sua executora, o Brasil é o décimo nono maior produtor mundial, com mais de 688 mil barris e 18,1 milhões de metros cúbicos de gás/dia. Nossas reservas são superiores a 3 bilhões de barris de petróleo, chegando a 8 bilhões se computadas as jazidas em águas profundas, o que coloca o Brasil em décimo segundo lugar no mundo, à frente da Exxon e da Royal Dutch/Shell. O País possui o oitavo parque refinador mundial, com 1,388 milhão de barris/dia de capacidade.

O mais importante é que a Petrobrás funciona como uma indutora do desenvolvimento brasileiro, investindo 93% de tudo o que compra em território nacional. Nenhuma empresa do mundo compra tanto em seu País quanto a Petrobrás. A estatal gera cerca de 60 mil empregos diretos e três milhões indiretos.

Muitos têm perguntado o que seria das empresas nacionais sem o monopólio estatal do petróleo. Certamente es-

taríamos comprando *caixas pretas* e gerando empregos no exterior e recessão no Brasil.

A tendência mundial é a mesma, no sentido de uma participação estatal cada vez mais abrangente. Segundo a revista especializada *Petroleum Intelligence Weekly (PIW)*, as empresas estatais se destacaram na década de 80. As 50 maiores empresas de petróleo do mundo, fora dos países comunistas, detêm 85% da produção mundial. Destas, 30 são estatais, com 93% das reservas. Dos 10 maiores produtores apenas três não são estatais, (SHELL, EXXON e BP). Na área de produção o futuro pertence às estatais, com reservas para 50 a 200 anos, contra os 8 à 14 das *Majors*.

Segundo a *PIW*, edição de 11/12/89, e a revista *TIME* de 16/07/90, o mundo caminha para o aumento da estatização na indústria do petróleo. A ENI, estatal italiana, e a PETROBRÁS foram as empresas que mais cresceram na década de 80 e, segundo os mesmos especialistas entrevistados por estas revistas, a PETROBRÁS, por deter o monopólio, é a empresa petrolífera com maior potencial de crescimento na década de 90.

Os argumentos contra o monopólio são frágeis:

Incapacidade financeira. Enquanto se praticaram os contratos de risco, desrespeitando a Constituição então vigente, mais de 80% da área das bacias sedimentares brasileiras foram entregues às 35 maiores empresas de petróleo do mundo, num total de 243 contratos. De 1977 até 1989 estas companhias investiram US\$ 1,8 bilhão, sendo US\$ 550 milhões da Paulipetro, US\$ 875 milhões gastos no exterior, em equipamentos e salários, e somente US\$ 375 milhões de ingresso efetivo de recursos no Brasil. No mesmo período, a Petrobrás investiu US\$ 26,08 bilhões, sendo US\$ 8,36 bilhões em exploração, descobrindo reservas de 8 bilhões de barris de petróleo e 133,46 bilhões de metros cúbicos de gás, contra apenas 9,18 bilhões de m³ de gás, dos contratos de risco.

Incapacidade tecnológica. Após a descoberta de Majnoon, no Iraque (7 bilhões de barris) onde outras empresas já haviam pesquisado, e a liderança na tecnologia de águas profundas, este argumento deixou de ser utilizado. A Petrobrás descobriu reservas de 400 milhões de barris de petróleo na Bacia de Santos, em área anteriormente entregue aos contratos de risco com a BP e com o consórcio Pecten-Chevron-Marathon. Se o sucesso fosse do consórcio, 35 a 40% destas reservas sairiam do País sob a forma de óleo ou em moeda forte.

Em 1988 o monopólio estatal de petróleo foi, pela terceira vez, alçado a preceito constitucional no artigo 177, por 441 vo-

tos a favor, 7 contra e 6 abstenções. A vontade da sociedade brasileira contou com apoio de parlamentares como Jarbas Passarinho, Roberto Freire, Mário Covas, César Maia, José Serra e 13 governadores, como Fernando Collor, então governador de Alagoas, Miguel Arraes, Orestes Quercia e Waldir Pires.

Como disse o ex-ministro Aureliano Chaves, "quem tinha que discutir o assunto já o fez, no momento adequado". Estamos seguros de que o monopólio estatal do petróleo permanecerá inalterado pois, segundo Barbosa Lima Sobrinho "ou se adota o monopólio de uma empresa do Estado, orientada para a defesa do interesse público, ou se abre caminho ao monopólio dos trustes, que compõem a família das sete irmãs. Essas são as conclusões da experiência universal".

Somente a nós brasileiros interessa a ampliação das nossas reservas de petróleo, a auto-suficiência, a ampliação da capacidade tecnológica da PETROBRÁS, o desenvolvimento permanente das empresas privadas nacionais de consultoria e bens de capital e a geração de empregos e riquezas no Brasil. Às empresas estrangeiras interessa o conhecimento potencial das bacias sedimentares brasileiras para explorá-las quando melhores convier, "fincar o pé" no território nacional, e ir ganhando tempo buscando a participação nas etapas de produção, transporte e refino onde o retorno dos investimentos é mais rápido e objeto de menor risco.

Diomedes Cesário da Silva

Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás — AEPET

RESPOSTA AO GLOBO

O diretor de Comunicações da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), Ricardo Maranhão, enviou uma carta ao diretor-presidente do jornal O Globo, Roberto Marinho, em resposta ao editorial publicado naquele jornal com o malicioso título "O emprego é nosso", por entender que este contém uma série de inverdades e ofensas aos trabalhadores da Petrobrás classificados pelo referido jornal de "nababos". A carta foi redigida de forma equilibrada como é do feitio da AEPET.

No dia 15 de novembro o Globo publicou parcialmente a carta do nosso diretor com o mesmo malicioso título "O emprego é nosso" e omitindo os trechos em defesa da Petrobrás. O Globo por sua expressividade no jornalismo brasileiro deveria saber que todos os trabalhadores da Petrobrás têm o direito constitucional de preservar a imagem e todos os cidadãos também têm o direito constitucional de obter informações corretas e isentas. Protestamos contra o posicionamento aético e antidemocrático do referido jornal.

ILMO. SR. JORNALISTA
ROBERTO MARINHO

O editorial de O GLOBO, de 01.11.90, intitulado "O EMPREGO É NOSSO", até pelo título quebra a linha de equilíbrio que é de se esperar de um órgão de imprensa com a dimensão e a importância de seu jornal.

Foi uma manifestação indelicada, para não dizer grosseira, contra os que por idealismo, sentimento nacionalista e amor à PETROBRÁS defendem o monopólio do Estado Brasileiro na exploração do petróleo.

Jamais animaram esse nosso propósito quaisquer interesses subalternos e sim a compreensão de que o monopólio é tão fundamental como absolutamente necessário e útil ao Brasil.

Estamos honestamente convencidos de que esta nossa posição traduz uma aspiração predominante, suprapartidária e acima de interesses de classes.

Preferimos responder ao editorial apenas contra-argumentando o seu texto.

O que o jornal de V. Sa. defende, em última análise, é a presença do capital estrangeiro na exploração de nosso petróleo.

Ora, até 1938, quando o Código de Minas reservou aos brasileiros a referida exploração, nenhuma empresa estrangeira interessou-se em investir no Brasil. Nenhuma corporação transnacional procurou descobrir petróleo em nossa terra. O capital nacional, por outro lado, ou não tinha condições financeiras e técnicas ou jamais quis correr o risco deste tipo de exploração.

Na verdade as grandes corporações internacionais, dispendo de quantidades de óleo suficientes para abastecer o mercado mundial, não teriam, como não tiveram, nenhum interesse em descobrir petróleo no Brasil. No fundo, aspiravam que o nosso País continuasse dependente do fornecimento delas.

Tiveram, no entanto, a frontando a Constituição e a Lei 2004/53, uma magnífica oportunidade de demonstrar competência, descobrindo petróleo no território brasileiro. Foram, senhor jornalista, 243 contratos de risco, com as 35 maiores empresas petrolíferas do mundo que, no período de quinze anos, dispendo de 87% das áreas sedimentares brasileiras, não produziram até hoje sequer uma gota de óleo.

Ao contrário desse insucesso, num período muito menor, a PETROBRÁS, sozinha, mais do que quadruplicou a produção de óleo no Brasil.

Estes fatos comprovam que nesta questão de petróleo o País tem de contar com os seus próprios esforços.

A obra da PETROBRÁS é admirável e merece o respeito de todos os brasileiros.

A PETROBRÁS é uma escola de seriedade, luta e pertinácia, a serviço do interesse nacional. Formou milhares de técnicos tão devotados como os seus trabalhadores aos objetivos da Empresa, na consciência de que esses objetivos se confundem com os da Nação.

Muito ao contrário do que diz o editorial, a tendência no mundo é para a estatização dos negócios do petróleo. Das 50 maiores empresas petrolíferas, 30 são estatais. Das 15 maiores, 8 são estatais, controlando 93% das reservas mundiais.

Quanto aos elevados investimentos estrangeiros, como argumenta o editorial, a experiência recente dos contratos de risco é bastante para mostrar que eles foram inexpressivos quando comparados com os da PETROBRÁS.

O monopólio estatal do petróleo não é uma conquista dos empregados da PETROBRÁS. Resultou de um movimento das elites intelectuais, militares, políticas, econômicas e culturais do País, após uma campanha democrática que sensibilizou e mobilizou a opinião pública. Resultou de uma lei, encaminhada pelo Poder Executivo, debatida amplamente por todos os partidos com representação no Congresso Nacional. Lei posteriormente consagrada nas Constituições de 1967 (artigo 162), na emenda número 1 de 1969 (artigo 169) e na de 05 de outubro de 1988 (artigo 177). Registra-se que a questão sofreu mais uma vez, amplíssimo debate na última Constituinte que reafirmou o monopólio por quase unanimidade.

Por tudo isso estamos seguros de que o monopólio permanecerá para o bem do País.

Senhor jornalista, é pelo Brasil que nós lutamos.

Não é nobre referir-se a salários nababescos do pessoal da PETROBRÁS. É um expediente e uma exploração que não condizem com a importância de um jornal que se proclama isento e justo no empenho de contribuir para formar a opinião pública.

Os empregados da PETROBRÁS ingressam na Empresa por concurso público; têm preparo e qualificação de nível internacional. Alguns chegam a lecionar em universidades estrangeiras. A competência da Empresa, reconhecida internacionalmente, nada mais é do que o fruto da capacidade dos seus servidores. A PETROBRÁS tem o porte e a produtividade de uma empresa do primeiro mundo.

Na certeza de que V. Sa. em respeito às normas constitucionais e legais que asseguram os direitos de resposta e informação, dará a necessária acolhida à presente, publicando-a na íntegra, subscrevemo-nos,

DA PETROBRÁS

em defesa dos interesses do Brasil" (Barbosa Lima Sobrinho)



João Rocha



Aureliano Chaves

19º lugar no mundo como produtora de petróleo. Além disso, "temos a 12ª reserva de petróleo (computadas águas profundas) e somos a 8ª empresa em capacidade de refino, além de mantermos 60mil empregos diretos e mais de 450 mil acionistas. Se a PETROBRÁS não existisse e, se tivéssemos de entregar o petróleo para as multinacionais, teríamos esse índice de nacionalização? Esse parque nacional gerando empregos?" — perguntou.

SEM FRACASSOS

Também participando do almoço em homenagem aos 37 anos da PETROBRÁS, o ex-ministro Aureliano Chaves apoiou o comportamento do ex-presidente Motta Veiga, afirmando "ter ele demonstrado que ainda é possível preservar alguns valores de dignidade e de espírito público nessa onda de utilitarismo que invade o Brasil". Referindo-se a outro homenageado — Barbosa Lima Sobrinho — disse: "Barbosa Lima representa, hoje, um arquetipo da competência, da coragem e do espírito público a serviço das causas mais nobres do País".

Referindo-se ao Caso VASP, Aureliano Chaves afirmou que "não se vem dizendo coisas claramente, utilizando-se vários veículos de comunicação para dizer coisas obscuras". A PETROBRÁS, na sua opinião, cumpriu e vem cumprindo bem o seu dever. É fácil constatar. "Se a PETROBRÁS fracassar, fracassa o Brasil", acrescentou o ex-ministro.

alcançado "temos um conflito sério de interesses". A seu ver, é normal que os funcionários se unam, neste momento, para defender seus interesses por sentirem a instigação ameaçada.

PELOS ENGENHEIROS

O diretor de Comunicações da AEPET, Ricardo Maranhão, lembrou a forma democrática e clara que a AEPET sempre expôs as divergências com o ex-presidente Motta Veiga, principalmente em relação ao monopólio de petróleo — "intocável", a privatização e como foi conduzida a reforma administrativa da empresa. Agora a AEPET sente-se à vontade para ressaltar a "dignidade" do ex-presidente ao se desligar da companhia, apoiando ainda a sua

posição quanto à asfixia do governo federal em relação a Petrobrás.

O presidente do Clube de Engenharia, Hildebrando Araújo Góes, citou a eficiência da Petrobrás "motivo de orgulho dos brasileiros" e a necessidade de defender a estatal. Favorável ao monopólio da estatal de petróleo, o presidente do Clube de Engenharia considerou não ser este o momento mais adequado para discutir o assunto. A seu ver, a questão do monopólio deve ser agora "minimizada" para ser discutida, com ênfase, em 1993, ocasião da revisão da Constituição.

O presidente da AEPET, Diomedes César da Silva, lembrou que a Petrobrás é executora do monopólio, e, hoje, ocupa o

ende estatal

deve obedecer a Constituição

participação do capital privado no setor elétrico. Mas, isso só vai ser possível, segundo o ex-ministro, se o governo entender que não adianta comprimir tarifas para combater a inflação e praticar preços reais.

"A forma de participação do setor privado também precisa ser discutida para saber o que cabe ao Brasil", destacou Barbosa Lima Sobrinho.

Última Hora

Aureliano Chaves defende monopólio da Petrobrás

Ao se pronunciar no almoço de homenagem aos 37 anos da Petrobrás, o ex-ministro defendeu o monopólio da estatal de petróleo.

po, porque quem tinha que se pronunciar, em definitivo sobre o monopólio de petróleo executado pela Petrobrás, foi o Congresso.

Constituição. Chega de opinião de quem falam apenas em nome da delicadeza do poder e do cargo pessoal (alusão a Motta Veiga).

Motta Veiga critica de novo interferência na Petrobrás

O ex-presidente da Petrobrás, Luiz Octávio da Motta Veiga, voltou a criticar ontem a interferência do Governo Federal na administração da empresa.

da maior estatal da América Latina. "As dificuldades da Petrobrás são provocadas menos pela escolha de seus administradores do que pela falta de interferência do governo."

ra a Vasp. "Tudo que eu tinha para dizer, falei na época própria. Não vou me meter agora. Não vou fazer o que falei demais."

O Fluminense

o Comércio

iga insiste nos preços justos

seu objetivo, ao sair dos 70 mil metros por dia, no início da década de 80, para alcançar a produção de 100 mil metros por dia.

Em relação à saída de Motta Veiga da Petrobrás, Aureliano Chaves disse que o ex-ministro deve apoiar a empresa.

espeto público e a necessidade de defender a estatal de petróleo, que prometeu defender na revisão do texto constitucional.

Motta Veiga critica o governo

Verônica Couto do Rio de Janeiro. O ex-presidente da Petrobrás, Luiz Octávio da Motta Veiga, voltou a criticar a interferência do governo federal na administração da empresa.

acionista majoritário age de uma forma que o objetivo da companhia não pode ser alcançado, temos um conflito sério de interesses."

rando o fim do monopólio estatal de petróleo, que prometeu defender na revisão do texto constitucional. "Afastado da política não me afastei dos interesses da Petrobrás."

Em entrevista coletiva, Motta Veiga não quis criticar o governo e estendeu o "utilitarismo" a toda a sociedade brasileira. A direção da Petrobrás também se pronunciou sobre a saída de Motta Veiga.

Gazeta Mercantil

Motta Veiga diz que Petrobrás parece motel

FRANCISCO SANTOS Da Sucursal do Rio

O ex-presidente da Petrobrás, Luiz Octávio da Motta Veiga, voltou a criticar ontem a interferência do governo na administração da empresa. "A Petrobrás precisa ter autonomia de gestão, precisa ter preços justos, precisa ter o que uma empresa tem. Na medida em que ela for uma empresa ela vai ser grande". Disse também que a empresa está pare-

nenhum comentário sobre o resultado do trabalho da comissão. No discurso, ele disse que falou "na hora certa". Sobre a troca frequente de presidentes, Motta Veiga disse que não existe nenhuma empresa com o porte da Petrobrás que mude de direção com a mesma frequência que ela. O novo presidente da Petrobrás, Eduardo Teixeira, é o sétimo no prazo de cinco anos e meio.

Para Motta Veiga, o problema não está nos homens que trabalham na empresa, mas na interferência do governo.

Folha de São Paulo

Caso VASP

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) encaminhou a seguinte nota à imprensa:

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) sente-se profundamente preocupada com os desdobramentos do caso VASP.

O jornal Folha de São Paulo, em sua edição de 2 de novembro de 1990, página A-9, afirma que "o governo considera o caso VASP encerrado." No mesmo dia, o Jornal do Brasil publica carta do sr. Cláudio Humberto Rosa e Silva, Secretário de Imprensa da Presidência da República, que, pretendendo responder ao editorial do JB, do dia anterior, afirma que o ex-presidente da Petrobrás, Luís Octávio da Motta Veiga, interrompeu as negociações com a BR Distribuidora, impedindo um faturamento mensal de US\$ 2,5 milhões e que "a afirmação que dei vinculando a demissão do ex-presidente, entre outros graves motivos, à sua incompetência na direção dos negócios da estatal brasileira, é amplamente atestada no relatório que o próprio JB publicou".

O ex-presidente da Petrobrás, Motta Veiga, segundo seu depoimento à imprensa, "entregou a demissão" por discordar da irreversibilidade tarifária praticada pelo governo e da forma de condução das negociações sobre o assunto, considerando que a realidade tarifária era um dos compromissos do governo.

Quanto ao relatório, parece que o lido pelo sr. Cláudio Humberto é diferente do publicado nos jornais do País. Senão vejamos:

A) A BR Distribuidora tinha um contrato com a VASP vigente até 21 de dezembro de 1992, contemplando 100% do consumo daquela companhia.

B) O leilão da Vasp ocorreu em 4/9/90, sendo que em 10/9/90 o sr. Wagner Canhedo pagou US\$ 4,35 milhões (10%) de sinal, comprometendo-se a pagar os restantes US\$ 43,5 milhões até 1/10/90.

C) Em 27/8/90, antes do leilão, portanto, o sr. Canhedo procurou o presidente da BR, Maximiano da Fonseca, solicitando financiamento de US\$ 60 milhões em moeda corrente para assegurar 50% do fornecimento por 10 anos.

D) Em 19/9/90, Canhedo reduziu para US\$ 40 milhões em dinheiro (reembolso em 10 anos), com exclusividade de fornecimento. A BR contrapropôs US\$ 28 milhões, sendo US\$ 18 milhões em produtos e US\$ 10 milhões em dinheiro, para reembolso em 24 meses, com exclusividade no fornecimento. Canhedo contrapropôs US\$ 20 milhões em dinheiro com fornecimento de 50% do consumo da Vasp.

A BR recusou por não considerar economicamente conveniente. Todos os contatos foram verbais e não foram discutidos os termos de financiamento (juros, correção monetária etc) em virtude das di-

vergências de importância e prazo.

E) Canhedo não era dono da Vasp enquanto negociava, não dando para concretizar, portanto, qualquer negócio.

Na avaliação da proposta o resultado do relatório da Petrobrás é contundente

— Quanto ao financiamento — "excessivo"

— Quanto ao prazo de amortização — "fora dos padrões normais"

— Quanto ao risco econômico — "elevado"

— Quanto à época e forma de liberação dos recursos — "inadequados"

— Quanto à repercussão sobre outros negócios — "gerando precedentes que terminam por afetar a rentabilidade como um todo".

A Vasp fechou negócio, posteriormente, com a Shell para fornecimento de 50% do seu consumo, com financiamento da ordem de US\$ 15 milhões, parcialmente em produtos para amortização em cinco anos com correção monetária mais juros de 6% ou 12% ao ano, segundo a imprensa.

"Nesse momento o que interessa à AEPET, à imprensa, à sociedade brasileira é esclarecer a interferência de pessoas estranhas aos negócios da Vasp e BR"

Segundo o relatório "Se essas condições são verdadeiras, a negociação concluída com a Shell resultou menos favorável à Vasp do que aquela exigida da BR pelo grupo Canhedo".

O relatório informa, também, que "o rompimento das negociações não consulta os interesses da BR". A BR não rompeu qualquer negociação. É importante esclarecer que propostas, desde que adequadas a seus padrões de negócio — que a fizeram ser escolhida 10 vezes, nos últimos 17 anos, como a melhor do segmento de distribuição de derivados de petróleo, sendo cinco vezes nos últimos seis anos, na avaliação da insuspeita revista Exame, concorrendo com cinco multinacionais e quatro empresas privadas — são aceitas. Isto é prova de competência, ao contrário do que entende o sr. Cláudio Humberto.

Mas, nesse momento, o que interessa à

AEPET, à imprensa, à sociedade brasileira é esclarecer a interferência de pessoas estranhas aos negócios da Vasp e BR. Fato, a nosso ver, extremamente grave, para que o financiamento fosse concedido, denunciado pelo ex-presidente Motta Veiga: os 17 telefonemas do sr. Paulo César Farias, tesoureiro de campanha do então candidato Fernando Collor e do embaixador Marcos Coimbra, secretário-geral da Presidência da República.

Afinal, bom negócio não necessita de padrinho, ou, como bem assinala o Estado de São Paulo, em editorial: "Sem condescendência, nem privilégio", do dia 2/11/90, em relação à possível interferência do embaixador Marcos Coimbra: "Se o negócio era normal a interferência é desnecessária. Não sendo normal, a ação do secretário é eticamente inaceitável".

Quanto ao interesse do embaixador pela privatização das estatais, por ser uma das prioridades do governo, manifesta em sua carta à imprensa, publicada no dia 2/11/90, ao admitir seu contato com o ex-presidente Motta Veiga, cabe apenas dizer que a Vasp pertence ao governo de São Paulo e não ao governo Federal.

O caso não está encerrado. Ao contrário, apenas se inicia.

A partir do relatório da Petrobrás, o presidente Fernando Collor terá condições de dar prosseguimento à investigação, de forma que a coisa pública seja tratada dentro dos princípios de transparência, austeridade e moralidade propostos pelo governo.

A questão essencial que deve ser esclarecida, sob pena de comprometimento da imagem do governo, é se houve ou não interferência, fora de dúvidas, intolerável e inaceitável, de pessoas não vinculadas à BR e à Vasp, num negócio que não necessita de intermediários. Cabe deixar claro que a Constituição Brasileira determina que a administração pública deve observar, rigorosamente, o princípio da impessoabilidade. Mas não apenas este. Também os da publicidade, da legalidade, e sobretudo, o da moralidade.

A imagem da PETROBRÁS não pode correr risco de ser arranhada por interrupção na apuração dos fatos. Particularmente no atual momento em que volta-se a falar na quebra do monopólio estatal de petróleo, que, como disse o ex-ministro Areliano Chaves, em 1/11/90, "quem tinha de questioná-lo já o fez na votação do texto constitucional", classificando como um dever "o posicionamento claro e firme contra a tentativa de acabar com o monopólio, sob a capa de eficiência e modernidade".

Cabe, por fim, esclarecer à Nação se o sr. Cláudio Humberto, ao escrever ao JB, fala em seu próprio nome ou se recebeu delegação para assinar como Secretário de Imprensa da Presidência da República.